

## ENTREVISTA COM JENIFFER CUTY

Márcia Regina **Bertotto**<sup>1</sup>

Ana Luiza Carvalho da **Rocha**<sup>2</sup>

**Ana e Márcia:** Bom, vamos iniciar nossa conversa. Primeiramente, gostaríamos que você abordasse, do seu ponto de vista, os laços que unem os estudos de Antropologia urbana e audiovisual com os estudos que você vem desenvolvendo na área da Museologia e Patrimônio.

**Jeniffer:** Inicialmente acho que é importante dizer que quando eu entrei na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1994, eu não queria fazer Arquitetura, mas eu optei por cursá-la porque me parecia mais fácil de se obter um emprego nessa área e eu gostava muito de Matemática e de Física. Eu queria fazer Direito, mas o curso, na época, tinha uma densidade em torno de 25 candidatos por vaga. Era mais difícil eu entrar na UFRGS pelo Direito e minha única opção era estudar na UFRGS. Entrei na faculdade contrariada. Foi quando eu conheci um colega que, hoje, é artista plástico, e foi quem me apresentou a área do patrimônio, por meio de cursos e ações voluntárias que ele fazia na área. Depois de algum tempo, montamos um grupo de estudos sobre patrimônio na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, antes ainda da disciplina Técnicas Retrospectivas existir. Percebi uma concepção conservadora do patrimônio, na época, mas eu não sabia muito bem como argumentar sobre isso. Essa concepção de valoração histórica como única e central, que dita o conceito de Patrimônio Histórico, acho que não acompanha a dinâmica social do mundo contemporâneo. Hoje nós operamos com mais de 30 valores para pensar a concepção de patrimônio.

Minha visão de patrimônio vem muito do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), onde trabalhei no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Eu era estagiária de arquitetura e fiquei bastante próxima do Custódio (Luiz Antônio Bolcato Custódio, foi arquiteto e superintendente do IPHAN; já está aposentado). Trabalhei com o cadastro (no sentido arquitetônico) de Santo Amaro e de Antônio Prado e com outros projetos. Quase ao final de minha formação surgiu no curso de Arquitetura a disciplina Técnicas Retrospectivas e eu

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: marcia.bertotto@ufrgs.br. ORCID 0000-0002-1366-870X

<sup>2</sup> : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: miriabilis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2294-5932>

consegui me matricular, apesar de eu estar quase me formando, na época. Então, para mim ficou claro, com a disciplina, a influência das ideias do século XIX nas formas com as quais se pensava o patrimônio e a intervenção no patrimônio arquitetônico. Há uma influência significativa do modernismo nas políticas de patrimônio no Brasil. Cabe lembrar que o Brasil teve seu apogeu na arquitetura no período modernista, com a melhor arquitetura do mundo. Eu fiz a revisão dessa trajetória do século XIX ao século XX, e agora XXI, na minha tese de doutorado (que recebeu indicação ao Prêmio Capes), rompendo com o projeto iniciado com a minha dissertação de Mestrado (na qual abordei a representação da cidade de Porto Alegre no cinema de curta-metragem). Foi novamente uma conversa contigo, Ana, que me fez ver a importância de se trabalhar com as políticas de patrimônio e retomar a minha trajetória nessa área que, hoje, já ultrapassa os 25 anos. Foi, assim, meio que uma conversa rápida de corredor, de café e aquilo foi tão importante, porque foi o que me conduziu a minha tese, orientada pela professora Sandra Pesavento, que faleceu em 2009, ano em que qualifiquei a pesquisa de doutorado. Neste mesmo período, obtive o primeiro lugar no concurso para professora do Curso de Museologia da UFRGS, e tudo isso, junto, foi bem importante para retomar os meus estudos e pensar o patrimônio. Na época, eu já estava estudando a Museologia.

Então, assim, no século XX, temos o modernismo marcando a construção de uma legislação no Brasil sobre patrimônio, além de movimentos importantes de outras áreas, fora do campo disciplinar da Arquitetura, que estavam pensando outros sistemas que não apenas a valoração histórica e estética do Patrimônio (se bem que ainda hoje há aqueles que continuam sustentando esta posição como sendo as únicas formas de valorar o patrimônio, sem incorporar as questões da diversidade). Nesse percurso, a década de 1970 foi bem importante para o campo da Museologia, com o marco que foi a Declaração de Santiago, quando, então, se afirma o compromisso ético com a diversidade cultural e com o chamado patrimônio integral. Venho pensando em escrever um livro ao longo deste ano de pós-doutorado, cujo tema seria essa ruptura na forma mais convencional de se operar o conceito de patrimônio como um fenômeno em movimento. Isto tem se refletido nos projetos de extensão que desenvolvo na Museologia/UFRGS, e que me desafiam a repensar esta forma única de refletir o que denominamos de patrimônio. Já cadastrei mais de 50 projetos de extensão em 13 anos de atuação docente na UFRGS e, muitos deles, para organização inicial dos acervos, aquele “salvamento”.

No Brasil, para a produção teórica e conceitual em relação ao que se costuma denominar de patrimônio cultural, a participação do antropólogo Antônio Augusto Arantes no IPHAN foi significativa. A própria Regina Abreu, antropóloga, cuja obra sobre o tema eu fui ler mais atentamente na tese; foi fundamental esta leitura, no meu caso, para pensar a memória e discutir essas outras questões ligadas ao tema do patrimônio. Além dela, considero o trabalho de outro antropólogo, José Reginaldo Gonçalves, como fundamental para a minha formação e trabalho. Todos são autores que compuseram a minha bagagem quando ingressei, em 2009, como professora da UFRGS, discutindo as questões mais contemporâneas. Hoje, os trabalhos do Bruno Brulon e da Teresa Scheiner me auxiliam a refletir sobre as questões mais prementes da Museologia e os estudos sobre patrimônio e memória no âmbito do nosso Programa de Pós-Graduação (PPGMUSPA), que eu ajudei a criar, e que também oferece um diálogo rico da Museologia com as Ciências da informação. A Márcia, que participa desta entrevista tem, como eu, uma relação de proximidade, digamos, com os estudos das Ciências da Informação. Na verdade, minha ideia inicial foi pesquisar, no Mestrado, a produção de cinema em Porto Alegre, eu estava bem envolvida com essas questões e até cheguei a montar um festival sobre cinema de curta-metragem, no StudioClio, quando eu estava iniciando os estudos sobre Imaginário. Eu já era orientanda da historiadora Sandra Pesavento, e logo depois, fui aluna de vocês, tua e da Chica (Cornelia Eckert), como já mencionei, sempre no esforço de desconstruir a perspectiva teórica de onde eu vinha. Acabei fazendo a minha dissertação em meio a essas minhas dificuldades. Mas o doutorado foi diferente, porque eu me senti muito mais à vontade com a pesquisa em campo, refletindo sobre a participação das mulheres no campo do patrimônio e do planejamento urbano, em especial acompanhando a trajetória profissional das arquitetas Briane Bicca e da Maria Tereza Albano. Mulheres fortes que conseguiram atravessar gestões políticas abarcando os movimentos de esquerda e de direita ao longo de suas carreiras, conseguindo desenvolver trabalhos extremamente impactantes para a cidade de Porto Alegre. No caso da Briane, para o país, atuando no tombamento de Brasília, por exemplo, e em tantos outros projetos. Foi ela que liderou esse movimento nacional, inclusive, acompanhando outros momentos significativos do país, como a abertura da Transamazônica. O relato de suas memórias, nossas conversas e diálogos resultaram na minha tese. Por três anos acompanhei muitos relatos da Briane que me levavam ao período da ditadura militar no Brasil, por exemplo, em que ela se exilou com o marido, em Paris, onde fez o doutorado na área de Urbanismo, tendo retornado, ao Brasil, mais tarde, para atuar em Brasília e, depois, em Porto Alegre. Briane sempre me dizia que fui a primeira pessoa para quem ela ligou quando chegou em Porto Alegre,

me convidando a fazer o design gráfico dos cadernos do Programa Monumenta, juntamente com outro colega. Ao longo dos diferentes governos e suas tendências políticas, Briane sempre permaneceu atuando na luta pela área do patrimônio, vindo a falecer durante sua atuação no setor, já no PAC das Cidades Históricas. A trajetória profissional da Tereza Albano também foi objeto de meu estudo, ela atuou por mais de 30 anos na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Porto Alegre. As duas me conduziram a refletir sobre as relações que unem os temas do patrimônio cultural e da política urbana, não de uma forma autoritária, que é uma tradição do patrimônio e do planejamento, mas obrigando-me a ampliar o escopo destas inter-relações.

**Ana e Márcia:** Então, entrando mais no tema, gostaríamos de ter o teu ponto de vista de como atuar, nos dias de hoje, nas políticas de preservação e/ou preservação de acervos (em suas diferenças e aproximações), em especial, quais as contribuições para o estudo da memória da cultura urbana porto-alegrense especialmente quanto ao trabalho que vem sendo realizado no âmbito do IAB-RS (Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul)?

**Jeniffer:** Foi a partir da fala das minhas interlocutoras no doutorado que iniciei um caminho na direção de repensar o campo do patrimônio não apenas por seu valor histórico, superando esse recorte temporal e no interior de uma perspectiva multiescalar, abarcando as questões das políticas de preservação e de gestão municipal e os seus processos de burocratização. O título da tese é “A gente sempre pensou em termos de planejamento”, que foi um trecho de fala da Briane. Inclusive o desmantelamento das estruturas institucionais que compõem a organização administrativa de uma Prefeitura com as mudanças de governo, como o caso da Secretaria de Planejamento Urbano (SPM), que foi destruída, ficando suas memórias e o patrimônio intelectual dela, Tereza Albano, acumulado em caixas, jogadas em qualquer cantinho de prédio. Agora, o atual governo municipal quer vender o prédio da SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viação).

Porto Alegre foi a cidade brasileira que primeiro elaborou um plano diretor. A Tereza, como a Briane, me contou muitas dessas histórias de desmontes dos espaços da SPM, me mostrando onde se depositavam o que lhe restava de acervo. Com a Briane fiz caminhadas no Centro de Porto Alegre e cheguei a gravar nossas conversas. Aliás, a denominação de Centro Histórico é uma proposta dela, Briane Bicca. Duas mulheres cujas trajetórias profissionais foram

riquíssimas para eu poder complexificar minha perspectiva do patrimônio. Parece até estranho dizer, mas na minha tese tive o esforço de pensar a gênese da noção de preservação a partir das políticas urbanas no Brasil. A preservação é um campo mais afeto à política e à valoração do patrimônio. A conservação, por sua vez, é uma metodologia e uma forma de trabalho sobre a materialidade, mais atenta ao caráter físico do que se valora como patrimônio, e que precisa ser pensado nos termos dos seus espaços e ambientes (reserva técnica e área expositiva), um mobiliário adequado e todo um trabalho para a informação que ele carrega consigo. Sempre, no meu caso, a partir de uma perspectiva que não é estática.

E, principalmente, se trabalhamos com projetos de extensão nos damos conta de que os valores não nascem prontos. Nos projetos de extensão acabamos criando, transformando e identificando as mudanças na valoração e mesmo de identidade dos acervos, como o exemplo do IAB-RS. A dissertação do Matheus Cervo (intitulada Repositórios Digitais para dados abertos de pesquisa antropológicas: um estudo de caso do BIEV/UFRGS, defendida no PPGCOM/UFRGS), neste sentido, abre muitas janelas. Conservar, sim, depende de um espaço físico, das condições ambientais minimamente adequadas, do manejo correto dos objetos. Mas e quando temos um arquivo digital? Não é preciso pensar a noção de preservar só porque é digital, porque está numa plataforma? Mas tudo o que está disponibilizado nela, na plataforma, depende de outras relações, como a fisicalidade e a materialidade do documento, que é o que eu tenho me interessado em pesquisar desde quando ingressei como docente na UFRGS. E no que diz respeito à materialidade, a dimensão química do documento é fundamental de ser conhecida e isso ocorre por meio das pesquisas da chamada Ciência do Patrimônio (*Heritage Science*), a qual integra e, melhor, articula, o conhecimento das ciências duras com as ciências humanas.

Em particular, recentemente desenvolvi oito projetos grandes e o IAB-RS foi um deles. Nesses projetos, durante o processo, eu sempre observo uma crise na instituição que é a luta por um espaço físico onde os objetos e os documentos serão guardados, conservados, tratados para a recuperação da informação. No caso do IAB-RS, esse espaço físico onde o acervo da instituição está armazenado não está afeto apenas a essa instituição, mas ao patrimônio de uma comunidade, o grupo de arquitetos, arquitetas e urbanistas do Rio Grande do Sul. O IAB foi a instituição que participou ativamente do movimento de redemocratização do país, o "Diretas já" (e do qual minha geração não participou). É a principal instituição da classe de arquitetas e arquitetos e urbanistas. Estas questões relevantes para o patrimônio institucional só estão sendo possíveis de realizar porque implantamos uma boa estrutura para recuperar informação de

documentos, muito a partir de um trabalho voluntário, no esforço de disponibilizar, mais tarde, no site da instituição e com o apoio do CAU-RS, por meio de um recurso pequeno viabilizado por edital, que possibilita pagar o arquivista. Também participei com colegas de um projeto de organização do acervo do Alberto André, que foi vereador, jornalista e advogado. Super interessante para a discussão urbana uma vez que ele detinha documentos e desenhos originais de algumas praças e de outras áreas de Porto Alegre que foram transformadas a partir dos Planos Diretores. Eu, minha colega também coordenadora do projeto e uma bolsista, começamos a organizar todo o material, sobretudo os livros, que já estavam com marcação e com o local definido nas estantes da Instituição que abrigava esse projeto. Chegou o período de férias, a instituição foi fechada e quando retornamos havia sido feita uma reforma e retiraram todo o material que havia sido diligentemente organizado, acumulando-o dentro de uma salinha, num cantinho, perdendo-se todo o trabalho feito por nós. Na ocasião perguntei ao responsável as razões pelas quais não havia entrado em contato comigo, pois tinha meu telefone pessoal e, obviamente, não tive nenhuma resposta. Na perda do espaço físico, foi-se a possibilidade que antes havia da organização integral das informações dos documentos. Dos oito projetos que coordenei até o ano passado, há hoje o Centro de Memória do CAU-RS (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul), um projeto diferenciado pois, desde o início, nos reunimos em uma Comissão de Acervos, o que viabiliza avançarmos nos trabalhos de preservação e mesmo de conservação e documentação por conta da minha atuação como arquiteta e como profissional do campo do patrimônio e de acervos. Há arquitetos que atuam com o patrimônio, nessa Comissão, porém apenas eu atuo como professora e pesquisadora da área de acervos.

**Ana e Márcia:** Você está sendo uma pessoa importante para a construção do repositório digital de Pesquisa dos mais de 20 anos de pesquisa do Biev e sua disponibilização *on line* via a plataforma Tainacan. Como você compreende esta possibilidade de ampliação do campo de atuação da Museologia?

**Jeniffer:** Bem, a dissertação do Matheus aponta precisamente como os atos de preservação permitem a produção de novos conhecimentos nas mais diversas áreas da pesquisa técnica e científica, no diálogo entre pesquisas antropológicas em contextos metropolitanos, e as Ciências da informação e da Comunicação. E eu diria que estes diálogos interdisciplinares são, até mesmo, fundamentais epistemologicamente, e isto para o caso de instituições como IAB-RS e

outras tantas, como no caso da UFRGS, uma instituição de ensino e pesquisa que tem caráter público ou uma associação que tem caráter público. Instituições que têm acervo de conhecimento acumulado e que foi subsidiado e financiado por verba pública e cujos laboratórios, prédios e projetos são sustentados pelo cidadão. Márcia é uma colega que só enobrece o Curso de Museologia, pois ela tem uma trajetória de identificação dos espaços museológicos no Rio Grande do Sul e no país. A pesquisa que ela desenvolve sobre a REMAM, por exemplo, vem revelando que a importância da Museologia não é só para o setor de patrimônio propriamente dito, mas para os estudos das políticas públicas na área de produção de conhecimento. No caso do IAB-RS, tem pessoas demandando a pesquisa com documentos que tratam do planejamento urbano no Rio Grande do Sul e que estão sob a sua guarda do IAB-RS. Fizemos o empréstimo de catálogos sobre construção civil que apenas o IAB-RS detinha a coleção completa no país. Fora do país, a pesquisadora localizou esses catálogos apenas nos EUA. Para atender essa demanda pública temos que avançar no processo de descrição arquivística, o que significa um considerável trabalho, de muitos meses. Este trabalho, espero finalizar até o final deste ano.

Trabalhar com acervo é também operar com relações de poder e as possibilidades de apagamento de memórias que não são só institucionais, mas coletivas e comunitárias. E quem trabalha no setor tem que ter liberdade de atuação. A UFRGS, por exemplo, é uma das mais antigas universidades do Brasil e possui acervos tão relevantes como o mobiliário da Faculdade de Direito e a vidraria utilizada em laboratórios do Instituto de Química, o qual deu origem à UFRGS. Na UFRGS, há três anos venho trabalhando com o Instituto de Química, na parceria pela criação do Museu do Instituto de Química (MIQ); veja, não é o Museu da Química, mas da trajetória do IQ; graças à atuação do Prof. Henri Schrekker esse processo está acontecendo, que nem brasileiro é, ele é holandês, e foi um personagem fundamental para a criação do MIQ. O caso do Herbário da UFRGS é outro. Um setor que tem um acervo de importância enorme para toda uma rede internacional de pesquisa e que passa por uma situação muito interessante relatada por uma pesquisadora responsável pelo acervo. Ela nos disse (para mim e para a Márcia, em uma visita técnica), que um/a pós-doutorando/a, por exemplo, que desenvolve uma pesquisa de um ano no Herbário, pode concluir que uma exsicata deverá compor outra coleção, diversa da que está compondo atualmente. Isso é genial, porque demonstra que os acervos estão em movimento.

**Ana e Márcia:** Então a próxima pergunta que temos se refere mais precisamente sobre a importância da construção de repositórios digitais de instituições de pesquisa (ou não) e de sua disponibilização, em rede internacional, numa plataforma, o que tem sido pensado para o caso do software livre TAINACAN.

**Jeniffer:** Eu acho que propostas como estas vem para trazer novos ares não só ao que acontece internacionalmente, mas igualmente no Brasil. Me refiro aqui a países com a política super cuidadosa para a área de patrimônio e museus com quem temos muito que aprender. O caso dessa plataforma envolvendo uma rede de pesquisadores eu acho que fortalece o próprio campo que vocês do Biev. O caso dos Institutos de Química e de Física da UFRGS, que já atuam em rede em seus projetos desde que a Profa. Ana Celina Figueira da Silva e o museólogo Elias Machado se debruçaram sobre o estudo do Tainacan neste campo, identificamos essa plataforma como um projeto público, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, reunindo as universidades, as instituições museológicas e os centros de documentação para a difusão dos seus acervos de forma a obterem uma interoperabilidade entre eles. Uma plataforma que nos permite buscar a localização, por exemplo, de um determinado objeto e/ou documento no Brasil assim como em outros países. Claro, isto é um trabalho incansável dos pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento do Tainacan. E desde a criação e desenvolvimento do Tainacan percebo que há uma transformação do campo da Museologia na sociedade, provocando mudanças no processo de recuperação da informação e de organização de acervos, permitindo o seu uso até mesmo para as instituições que, muitas vezes, não têm recursos financeiros para melhoria nas condições de trabalho. Especificamente, este ano, a previsão é que possamos implementar tudo o que já está digitalizado dentro da pesquisa no IAB-RS dentro do Tainacan a partir do uso das informações registradas em uma planilha de Excel, que é totalmente compatível com essa plataforma.

O Rio Grande do Sul está entre os estados da federação com o maior número de museus! Temos mais de 400 museus cadastrados no Sistema Estadual de Museus no Rio Grande do Sul, e muitos estão já com o plano museológico, atuando cada vez mais com estruturas de documentação e conservação melhores. Sim, ainda tem muitos com deficiências, mas o Curso de Museologia vem assessorando seus profissionais e acompanhando seus trabalhos no sentido de obter melhorias. Em 13 anos do Curso de Museologia da UFRGS, esta área se tornou um campo fértil de trabalho, nosso curso que era pequeno vem se tornando cada vez mais robusto, e isto graças às pesquisas aqui desenvolvidas. Mais recentemente, vamos receber a colega



Fernanda Rechenberg, que passou no concurso, antropóloga, e que vai também atuar, neste ano do meu afastamento, na disciplina de Conservação, no âmbito da chamada Cultura Material. A formação de origem dela é Jornalismo, e fez Mestrado e Doutorado em Antropologia Social, no PPGAS da UFRGS. Estou em comunicação com ela, e estou colocando-a em contato com a bibliografia, que, em boa parte, traduzi, e com a qual venho trabalhando em aula, sendo muitas dessas leituras oriundas de pesquisadores do Canadá e da Itália.

Nosso curso tem poucos professores atuando em áreas comuns, como a Conservação, minha área de concurso e, agora, de pós-doutorado. A Márcia, por exemplo, é a única professora que atua na área da gestão museológica. Mas, mesmo assim, conseguimos fazer um bom trabalho no curso, com reconhecimento nacional, mas sempre orientado a um olhar para o que está sendo produzido fora do país. O meu estágio pós-doutoral de 2022, junto ao Instituto de Química da UFRGS, através de um convênio internacional, me permite, por exemplo, fazer minha pesquisa aqui, no Brasil, mas no interior de um campo de investigação de cunho internacional, sempre pensando nos acervos que venho orientando nos projetos de extensão. São questões que eu acho importantes para o nosso Programa de Pós-graduação, agregando ao Curso de Museologia um novo olhar. Na linha do que a dissertação do Matheus Cervo menciona, sempre na busca da interdisciplinaridade, chamando para essa discussão não só os professores, mas os estudantes também. Nestes anos todos, atuando com pesquisa, extensão e docência, quase não publiquei sobre minhas experiências. E este ano sabático vai me permitir pensar em publicações e em uma publicação maior sobre Gestão de Acervos. Lembro que integro, em nível nacional, a principal associação de Ciência do Patrimônio, congregando um grupo de pesquisadores do patrimônio oriundos da Química, especialmente, mas da Arquitetura e de outros cursos, e que difere, em perspectiva, da visão de colegas do Rio de Janeiro, pois discutimos além das características da matéria, o âmbito mais central da Conservação Preventiva, que é a compreensão do espaço, suas metodologias e formas de monitoramento e controle. Este é um ponto central, juntamente com as análises de laboratório, altamente especializadas, que são desenvolvidas pelos membros dessa associação. Esse grupo já está consolidado no país, com reconhecimento internacional e pode vir a dialogar mais proximamente com o grupo de pesquisa GADH - Gestão de Acervos e Direitos Humanos, o qual lidero no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em conjunto com o prof. Henri, no Instituto de Química, ampliando, assim, o campo de estudos da Museologia aqui na UFRGS.

Prof. Henri é meu supervisor no pós-doutorado e ele desenvolve pesquisas de relevo internacional, com prêmios importantes na área dele.

**Ana:** O que mencionas tem a ver com as relações entre o campo das políticas acadêmicas e institucionais e das práticas de pesquisa que orientam o processo não apenas de consolidação de pós-graduação mas de abertura a novos conhecimentos. E isto, como diria Bourdieu, para o caso da Sociologia, se trata, por vezes, de um "esporte de combate". Isto é, a Museologia como outras áreas do conhecimento científico contempla disputas de paradigmas e de teorias e conceitos nem sempre convergentes. No caso da Museologia, estás apontando para uma abertura de possibilidades para se pensar as questões não apenas de Conservação ou de Documentação, mas de Preservação e de conjunto de metodologias de trabalho junto aos acervos, creio eu. Se não estou interpretando de forma errônea as tuas palavras.

**Jeniffer:** Sim, acho que tens razão. Por exemplo, temos muito a influência de procedimentos de conservação de outros países que não tem o clima do nosso país. O calor que estamos enfrentando, no momento, na região Sul do Brasil, nos obriga a pensar de forma diferente as rotinas de conservação dos objetos musealizados. Temos que prever recursos para esta área no momento de um projeto e na implantação de museus. Enfrentamos um problema de política acadêmica e de pesquisa porque os recursos são limitados, resultando no fato de que acabamos priorizando, no caso, as práticas expositivas, a comunicação dos museus (que é fundamental, certamente) e o educativo, abrindo mão de trabalhar com o acervo de modo científico e, acima de tudo, sustentável. A gestão de acervos acaba sendo colocada em segundo plano. Em diversos projetos, como no caso do IAB-RS, priorizamos o trabalho do arquivista, que é fundamental, mas, com isso, não conseguimos avançar em uma perspectiva mais ampla. Mas creio que muitas áreas das ciências humanas e sociais, aplicadas ou não, enfrentam esse problema.

**Ana:** Em alguns momentos penso que ainda operamos de forma muito paroquial e provinciana, diria eu, muito mais comprometida com as instâncias mais correntes e usuais da pesquisa acadêmica, principalmente nas áreas das ciências humanas onde as questões de comunicação e informatização das pesquisas não são consideradas relevantes. Sempre se fala em inovação no campo das ciências, mas esse tema não abrange nossas áreas de pesquisa. Não se tem verba para projetos que ultrapassem as modalidades "mainstream" de se produzir e divulgar

conhecimento. Na Antropologia, com a consolidação da pesquisa no campo da Antropologia audiovisual, hipertextual ou em hipermídia (onde o Biev costuma atuar) este panorama tem se modificado, mas do ponto de vista das agências de financiamento, continuamos conservadores. Sem dúvida, acho que você aponta para questões relevantes que não estamos acostumados a discutir na política acadêmica e de financiamento de pesquisa que são as relações de poder que pautam o cotidiano de nossas instituições de ensino e pesquisa, não apenas internamente, mas entre as áreas de conhecimento, por exemplo das ciências exatas, das biológicas e a das humanas.

**Jeniffer:** Sem dúvida, esse problema também está presente na ordenação das políticas patrimoniais e no campo da Conservação. Há um controle enorme no que é dito e publicado por alguns, em detrimento ao que se produz por outros. Há uma postura similar ao que trabalhei em relação às políticas urbanas e patrimoniais na tese, pensando na academia. O próprio decreto lei 25 a que me referi anteriormente, foi concebido no período do Estado Novo, ou seja, em um período extremamente autoritário do país, quando se difundiram as estratégias de preservação do que nos representa como patrimônio.

**Ana:** Os teus comentários durante a nossa conversa me lembraram muito o debate atual que temos sobre a colonialidade do poder que permeia a própria organização das estruturas institucionais "modernas" que são criadas nos "países do sul" após a sua descolonização (para usar uma expressão de John e Jean Camaroff em seus estudos na África do Sul, sobretudo em referência às Teorias do sul). Importamos na formação de nossas políticas públicas princípios, no caso latino-americanos, que recriam, internamente, as mesmas lógicas de discriminação, de segregação e de exploração não apenas entre modos de vida, mas de saberes, empregadas pelos impérios coloniais em suas antigas colônias. As políticas públicas de ensino e pesquisa tanto quanto das agências de financiamento, apesar de esforços no sentido contrário, ainda se mantêm no interior de uma subalternidade, aplicando uma expressão de Anibal Quijano. Ou seja, perpetuam-se entre nós muitas das práticas e dos legados do colonialismo europeu seja nas ordens sociais, seja nas formas de conhecimento sobre tais ordens. Penso eu, que o trabalho de vocês no campo da Museologia tem levantado, neste ponto, questões relevantes.

**Jeniffer:** O Curso de Museologia da UFRGS é um curso novo, cujas pesquisas e o ensino dialogam com outros cursos já consolidados no Brasil como o do Rio de Janeiro, com quem mantemos um diálogo e de onde vieram colegas maravilhosas para trabalhar conosco. E é a partir destas trocas, precisamente, que eu tenho refletido sobre alguns pontos que

problematizam, por exemplo, o conceito usual de patrimônio com o qual vimos operando. E na linha do que estás comentando, se trata de ampliar o debate e as pesquisas na área da Museologia para o universo com o qual nós duas (Márcia e eu) estamos trabalhando, como o caso do IAB-RS, do CAU-RS e de outros projetos, explorando as interfaces deste campo com o da Biblioteconomia (um curso com mais de 70 anos), da Arquivologia, da Comunicação, etc. Cabe lembrar ainda que há uma tensão de diálogo, digamos, entre os cursos das Ciências da Informação, nosso departamento (meu e da Márcia). A Museologia sempre se enxergou como um campo do patrimônio e da cultura, mas vejo muitas possibilidades de diálogo teórico e metodológico com a Arquivologia, especialmente. Esse ainda é um ponto delicado no departamento, em que se argumenta que é decorrente de exigências do MEC, mas, vejo, que é o resultado de resistências da ordem de como se pensa e se produz o conhecimento.

**Ana:** De muitas formas esse processo de departamentalização da UFRGS, ao longo dos anos 70, acabou setorizando demais os campos dos saberes e fazeres no interior não só da nossa universidade, mas das universidades públicas. E isto, sem dúvida, resultou numa herança para as gerações atuais. Acho que o desafio tem sido caminhar rumo a criação de pontes de colaboração e trocas entre os Departamentos e os Institutos, e isto vem sendo a aposta de alguns Núcleos e Centros de Pesquisa, e que se tornam experiências interessantes. E o caso nosso dentro do BIEV tanto quanto dentro do Navisual, sempre trabalhando a pesquisa nas áreas da Antropologia urbana e da Antropologia visual e da imagem, com forte diálogo com pesquisadores e alunos da área da Sociologia, da Informática, da Computação, da Arquivologia, do Jornalismo, da Comunicação assim como da Arquitetura e do Urbanismo, das Ciências ambientais, enfim. E no caso do repositório digital de nossos mais de 20 anos de pesquisa, sempre no esforço de contribuir para a atuação de instituições como Arquivos, Centros de Documentação, Museus, etc., mas igualmente de promover uma reflexão sobre o escopo de suas estratégias de preservação e conservação, ainda sob forte influência de uma cartilha do colonialismo. Guardando as devidas proporções do uso do conceito do historiador camaronês Achilles Mbembe, devemos ficar atentos ao tema das políticas museais e patrimoniais não aderirem aos princípios de uma "necropolítica", criando discursos e narrativas que criam "zonas de morte" para as memórias de muitos grupos humanos remanescentes de muitas populações exterminadas e que estão na base da formação de nossas grandes metrópoles contemporâneas.

**Jeniffer:** Sim, indiretamente penso novamente na dissertação do Matheus e suas reflexões sobre as políticas de preservação de acervos e de planejamento das ações de comunicação e informatização das pesquisas que vêm sendo realizadas pela Antropologia no âmbito das instituições públicas. A luta contra as “zonas de morte” das memórias é minha bandeira.

**Ana:** Bom, saímos um pouco da pauta que fizemos, Márcia e eu, para a tua entrevista, e quero retornar a ela, para irmos encaminhando para o final. Vou passar aqui a palavra para a Márcia que pode formular a pergunta com mais propriedade.

**Márcia:** Então, vamos lá. Gostaria que você comentasse um pouco mais sobre esta área em que vens atuando mais recentemente, me refiro ao projeto no IAB-RS e que tenho te acompanhado e de oportunidades que ela abre para a nossa área de Museologia.

**Jeniffer:** Certo! Eu vou dar dois exemplos. O primeiro a partir da minha experiência no IAB- e com o CAU-RS e, a outra, a Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, que acompanho desde o início, graças aos esforços do IAB de São Paulo e Nacional e que trata deste processo de acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Essa rede foi criada em 2019, no momento em que começamos a trabalhar os documentos do IAB-RS e constatamos que, no contexto nacional, o acervo do arquiteto Paulo Mendes da Rocha havia sido enviado à Casa da Arquitectura, em Portugal (um local de tratamento da informação e preservação de acervos de Arquitectura e Urbanismo). Neste momento, abriu-se um debate sobre os acervos de arquitetos brasileiros premiados que estão saindo do Brasil. Algumas pessoas foram, então, chamadas pelo IAB de São Paulo e pelo IAB Nacional para diagnosticarem e estruturarem formas de ação junto aos acervos nacionais com essa temática. Fui chamada para essas reuniões, considerando minha atuação junto ao IAB-RS. Em São Paulo, um arquiteto do IAB-SP passou a digitalizar documentos em casa e eu comentei com ele e com os demais integrantes da rede que esse material poderia gerar metadados novos, a serem registrados no próprio Fórum do Tainacan. Expliquei o processo para colegas dos IABs, e a partir daí passamos a ter uma cooperação entre nós. Ao mesmo tempo, essas reuniões do IAB Nacional e de instituições que compõem essa rede, como Instituto Lina Bo Bardi, Instituto Vilanova Artigas, universidades como UFRGS, USP, Mackenzie, enfim, são reuniões importantes para pensar o que está acontecendo no Brasil e no âmbito internacional.

Então, o trabalho no IAB-RS iniciou em 2019, trabalhando com documentos que estavam em caixas numa salinha inadequada em termos ambientais. Retiramos essas caixas de lá, as transportamos para uma sala temporária, que hoje é a Biblioteca do IAB-RS e buscamos a atuação de arquivistas nesse projeto. Hoje, o projeto já é um convênio aprovado entre UFRGS e o IAB-RS. Uma arquivista foi contratada no primeiro ano e fez um trabalho excelente, a Raquel Fonseca, uma pessoa super competente. Em 2020, com a pandemia, continuamos trabalhando, mas de forma mais reservada, apenas eu e o arquivista Fernando Ferreira, igualmente comprometido e proativo. Em seguida, com todos os cuidados, os bolsistas atuaram junto aos acervos, sobretudo com o acervo bibliográfico. E isto vem acontecendo em outros IABs, no país, talvez não com essa preocupação técnico-científica das Ciências da Informação que tenho. E veja bem, o IAB é a única instituição de classe que ocupa uma cadeira no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural (COMPAHC), bem como em outras instâncias decisórias e deliberativas do estado. Ao mesmo tempo, com o envio da documentação do Lúcio Costa para a Casa da Arquitectura, em 2021, se iniciou uma discussão sobre o tombamento desses fundos documentais, como um recurso jurídico para que documentos desta natureza não saiam do país.

Outra história que eu posso contar rapidinho, foi uma discussão que presenciei em uma aula sobre o projeto de Lúcio Costa para Brasília e a nossa forma, digo, nós arquitetos/as, de operar. Eu estava no doutorado e falávamos sobre o "partido" de Brasília. O conceito de "partido" vem do campo da arquitetura e significa tudo aquilo que viabiliza o projeto arquitetônico e que efetiva a sua concepção. Ao redor da mesa de discussão havia uma turismóloga e fazia mais ou menos uma meia hora que a gente estava ali, debatendo, quando ela nos interrompeu e perguntou: "O que que é o partido?" (risos). Interessante, não? Todo mundo envolvido no debate sem perceber que estávamos num grupo interdisciplinar e nossa linguagem era extremamente disciplinar. Isto me faz reconhecer que o arquiteto quando costuma discutir patrimônio acaba por se situar dentro de um campo, por vezes, muito fechado. Temos que lembrar que estamos dentro de um campo de discussão política e que a nossa função não é apenas técnica, mas também política. Isto tem me feito refletir que quando entro em contato com documentos preciso relacioná-los com outras de suas dimensões, as que o produziu e por onde circulou e a quem irá interessar.

**Ana:** Imagino que o que estas tratando aqui conosco não tem nada a ver com o recorte ufanista, regionalista ou nacionalista, de culto as raízes, como usualmente se opera. Mas as preocupações que temos que ter com as próprias condições da geração e da produção que dão origem a este ou aquele documento ou objeto no interior de uma área de produção de conhecimento. Algo que, nos termos de G. Durand, seria inseri-lo dentro de um "patrimônio da humanidade", entre outros.

**Jeniffer:** E isto é bem real! O IAB-RS precisa mostrar a trajetória, desde 1948, dos documentos que tem sob sua guarda, como os livros de atas, que já estão digitalizados, totalizando mais de quatro mil imagens (imagens, pois documentos podem ser formados por uma ou por 200 páginas, por exemplo). Então, como falei, em 2020, chamamos o Fernando Ferreira para ser o arquivista, ele tem uma empresa de digitalização e de organização documental. Na pandemia, em julho, eu e o Fernando estávamos lá no IAB-RS e, mais adiante, conosco estava meu bolsista, Osmar Weyh, estudante, na época, de Biblioteconomia. Arquivos e Bibliotecas são universos completamente diferentes, não só de tratamento técnico. A Biblioteca se abre, ela é um espaço cultural, pensando aqui no exemplo da atual Biblioteca do IAB-RS (a que auxiliamos a organizar e ainda está em organização), em um prédio maravilhoso, com um espaço interno super bonito, um mobiliário perfeito, muito legal. Já o Arquivo do IAB, ele se fecha por uma questão de segurança e controle. Espaço onde tem que se ter cuidado, tem que ter um mínimo de circulação. Às vezes pode parecer que é a Jeniffer que pretende o controle total sobre o acervo, mas não se trata da minha pessoa, mas da minha responsabilidade profissional de cuidado com os documentos que ali estão. Por isso é muito importante que a instituição IAB-RS tenha essa compreensão e a sua Diretoria também. E nesta tarefa, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem sido importante, para divulgar e consolidar essa política de cuidado, controle e segurança com o acervo institucional. O que está sendo feito pelo CAU-RS pode se desdobrar num centro de memória da arquitetura gaúcha, novamente precursor no país em relação aos demais Conselhos da área. Foi a proposta que eu e a Márcia levamos em termos de estruturas institucionais com políticas diferenciadas para o caso do IAB-RS, contribuindo para a consolidação de uma política para os acervos de Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul.

**Ana e Márcia:** E como você explica esse pioneirismo? Não seria, resgatando o que conversamos anteriormente, o fato de que estamos de muitas formas fora do eixo Rio/São Paulo

de produção de conhecimento, o que nos permitiria novas orientações e reflexões sobre a Museologia e seus laços com os estudos de Patrimônio no Brasil. Abordei um pouco isso na minha tese de doutorado, sobre a hegemonia dos discursos sobre memória e patrimônio tomando-se o contexto fundacional das cidades do centro sul (São Paulo, Rio de Janeiro) e do nordeste (Olinda, Salvador, etc.) no que se refere às formas como tratamos as cidades situadas mais ao sul do Brasil, muitas delas por muito tempo fora do eixo civilizacional urbano, seja dos discursos coloniais da formação da América portuguesa, seja dos discursos de formação do Brasil imperial. Mais tarde, o fato de as cidades do sul cumprirem plenamente os modelos e as tipificações arquitetônicas e urbanísticas projetados pela rítmica civilizacional urbana e industrial escolhida como foco de um discurso fundacional da identidade nacional de certa forma nos abriria, assim, uma certa liberdade para atuar na abertura de novos campos de conhecimento na área. Brasília, sua arquitetura e seu urbanismo, na fase do Brasil democrático ocuparia um lugar interessante e singular, nesta genealogia, do conceito de Patrimônio, pois romperia com o passado imperial do Rio de Janeiro e do colonial de Olinda ou de Outro Preto assim como de Salvador, por exemplo, tanto quanto, superaria o legado do Brasil-republicano, no caso de São Paulo, como figura maior do processo de industrialização do país. Não consigo deixar de pensar nas relações de poder que subsidiam muitas das nossas discussões sobre Patrimônio e seus laços com uma política de Estado vinculado ao ideário da formação de uma identidade nacional (bem na linha dos trabalhos clássicos do Renato Ortiz e do Ruben Oliven dos anos 90 sobre a formação da cultura nacional popular no Brasil). Posso pensar, nestas nossas conversas, num certo protagonismo nos trabalhos que vocês vêm desenvolvendo no curso de Museologia da UFRGS: uma certa museologia do sul

**Jeniffer:** Agora, te escutando, me veio à mente o caso dos projetos de Conservação Preventiva e de Gerenciamento de Riscos que têm ocorrido na África de modo precursor em relação a países como a Austrália, que tem normas bem precisas sobre o tema e, antes mesmo, da Itália ou do Canadá. África desenvolveu o primeiro projeto de implantação do RE-ORG (Reorganização das Reservas Técnicas de Museus), um destes países é a Nigéria. Não é interessante? Só que isso nem sempre é amplamente divulgado no circuito dos países aos quais convencionalmente atribuímos um pioneirismo.

**Ana:** Um pouco da contribuição do local no global, brincando com o título da obra do Hommi Babha. Há muito ainda o que se percorrer se construímos um diálogo dos estudos



antropológicos de decolonialidade no âmbito da discussão sobre Museologia e Patrimônio. Como conduzir essa reflexão? Não se tem receita para este processo, mas, creio eu, que vocês da Museologia da UFRGS estão abrindo caminho, para toda esta discussão, sem cair em quaisquer folclorismos ou de regionalismos ufanistas, e sempre atenta ao campo dos estudos interculturais.

**Jeniffer:** Provocativo! Acho que isto também se relaciona com outro momento das nossas universidades públicas, no esforço de romper com uma tradição elitista e abrindo-se para um público mais amplo.

**Ana e Marcia:** Esta edição da Revista *Illuminuras* surge a partir destas ideias, esperamos que cumpra esta função e que os artigos publicados encontrem na sua entrevista um campo conceitual frutífero capaz de acolher esse debate. Muito obrigada, Jeniffer, por esta manhã rica de ideias e experiências.